

**TERMO DE REFERÊNCIA DE TIC - INFRASA Nº 2/2025/GMAST-CODEBA/DIP-CODEBA/DPR-CODEBA**

Salvador, 02 de dezembro de 2025.

**TERMO DE REFERÊNCIA OU PROJETO BÁSICO****1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Constitui objeto deste Termo de Referência o registro de preços para eventual aquisição, sob demanda, de 02 (duas) embarcações de patrulhamento marítimo e 02 (duas) embarcações de combate a incêndio, com possibilidade de adesão por outros portos administrados por entes da Administração Pública, nos termos da legislação vigente e conforme as regras estipuladas neste Termo de Referência.

1.2. As embarcações deverão ser projetadas e construídas para monitoramento aquaviário e costeiro, com resistência a choques mecânicos, proteção anti-incrustante no casco, baixa necessidade de manutenção e alto desempenho operacional, destinadas ao emprego pela Guarda Portuária no cumprimento de suas atribuições institucionais nas áreas do Porto Organizado de Salvador e do Porto Organizado de Aratu-Candeias.

1.3. Lotes:

a) Lote 01 — Embarcações de Patrulhamento Marítimo: quantidade estimada de 02 (duas) unidades.

b) Lote 02 — Embarcações de Combate a Incêndio: quantidade estimada de 02 (duas) unidades.

1.4. Observação:

a) As embarcações deverão atender integralmente às normas e regulamentos aplicáveis da Autoridade Marítima (NORMAM) e às demais legislações pertinentes.

**2. DETALHAMENTO DO OBJETO**

2.1. O detalhamento do objeto será conforme consta na "Especificação Técnica" item 5 deste Termo de Referência.

2.2. Embarcação de interceptação, patrulhamento, perseguição e combate, para utilização na área de segurança da Guarda Portuária.

**3. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO**

3.1. A Autoridade Portuária da Bahia - **CODEBA**, vinculada à **Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários do Ministério de Portos e Aeroportos (MPOR)**, exerce as atribuições de **Autoridade Portuária** no Estado da Bahia. Entre suas competências, destacam-se a **elaboração de planos e estudos técnicos**, o **aperfeiçoamento das operações portuárias**, a **garantia da segurança das instalações sob sua jurisdição** e a **fiscalização de**

**contratos de arrendamento e cessões de áreas e instalações portuárias.**

3.2. Verifica-se, presentemente, **insuficiência de recursos marítimos** para a **fiscalização ostensiva** nos **canais de acesso** e **áreas de fundeio** dos **Portos Organizados de Salvador e de Aratu-Candeias**, bem como dos demais terminais portuários do Estado da Bahia, **em razão de sua vasta extensão territorial**. Tal insuficiência **vulnera a segurança operacional**, **dificulta a prevenção de ilícitos**, **o combate a incêndios** e **o atendimento a demandas de salvamento aquaviário** na **poligonal sob atribuição desta Autoridade Portuária**. Ademais, considerando a **cobrança de tarifas de infraestrutura marítima** relacionadas à **segurança pública portuária (security)** e à **segurança do trabalho (safety)**, o cenário atual **prejudica a plena observância das normas nacionais e internacionais de proteção portuária**.

3.3. Conforme estabelece a **Gestão da Segurança Portuária nos Portos Organizados da CODEBA**, compete à Companhia, no exercício da Autoridade Portuária, **prover a segurança portuária** nos portos sob sua administração, nos termos da **Lei nº 12.815/2013**, da **Resolução nº 53/CONPORTOS** e do **Código Internacional de Proteção de Navios e Instalações Portuárias (ISPS Code)**.

3.4. Diante do **caráter contínuo e ininterrupto (diuturno)** das atividades de segurança portuária, o **patrulhamento ostensivo e corretivo** das áreas sob jurisdição da CODEBA requer **embarcações com elevada confiabilidade operacional**, capazes de operar **independentemente das condições meteorológicas**, assegurando **navegabilidade, estabilidade, autonomia, segurança e rapidez de resposta**. Além disso, é essencial a **capacidade de interceptação e abordagem eficiente de embarcações suspeitas**, dotadas de alta motorização, para atuação eficaz em situações de risco.

3.5. As embarcações também apoiarão a **Gerência de Meio Ambiente e Segurança do Trabalho (GMAST)** nas ações de **proteção ambiental e segurança das instalações portuárias**, incluindo **rondas aquaviárias, primeiros socorros, combate a incêndios, resposta a sinistros e fiscalização do cumprimento das normas ambientais**, especialmente quanto à **proibição de lançamento de poluentes em águas, solo ou atmosfera**, em conformidade com a **legislação ambiental vigente**.

3.6. Adicionalmente, as embarcações serão empregadas em apoio às operações com **mercadorias perigosas**, conforme as **Normas Brasileiras NBR 7501 e NBR 7502/82 da ABNT**, e na **Brigada de Emergência Portuária**, atuando de forma integrada com os órgãos de segurança e defesa civil.

3.7. Cabe à **Diretoria de Infraestrutura e Gestão Portuária (DIP)** **prover os meios necessários e exercer a fiscalização** das atividades da **Segurança Portuária**, abrangendo as áreas do porto organizado, **zonas alfandegadas, arrendadas, de atracação e fundeio**, garantindo a **ordem, disciplina, guarda e conservação** de imóveis, equipamentos, mercadorias e demais bens sob responsabilidade da CODEBA.

3.8. Assim, a **aquisição de duas embarcações de patrulhamento marítimo e duas embarcações de combate a incêndio** visa **fortalecer as ações de segurança portuária, proteção ambiental e resposta a emergências**, contribuindo diretamente para o **combate a ilícitos** como roubo de embarcações, contrabando, tráfico de armas e entorpecentes, além de **reforçar a soberania e o controle portuário na Baía de Todos-os-Santos e no litoral baiano**.

3.9. Considerando as condições operacionais e de resistência requeridas, as **tecnologias construtivas em alumínio naval e embarcações tubulares de alumínio** mostram-se as mais adequadas, por oferecerem **leveza estrutural, durabilidade, resistência à corrosão e baixo custo de manutenção**, garantindo **máximo desempenho e segurança operacional** nas jurisdições dos Portos de Salvador e Aratu-Candeias.

3.10. Dessa forma, a presente contratação é **tecnicamente justificada e estrategicamente necessária** para o cumprimento das **atribuições institucionais da CODEBA**, assegurando maior **eficiência operacional, segurança pública portuária e proteção ambiental** no âmbito dos portos sob sua administração.

#### 4. MODALIDADE DA LICITAÇÃO

4.1. De acordo com o Art. 1º do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, esta licitação deve ser realizada na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, com julgamento pelo critério de MENOR PREÇO UNITÁRIO, conforme Rito descrito no Regulamento de Licitações e Contrato da CODEBA e pela Lei 13.303/16.

4.2. A Pessoa Jurídica a ser contratada deverá fornecer todos os materiais, equipamentos e mão-de-obra necessários à execução dos serviços, em conformidade com as especificações técnicas e condições constantes no presente Termo de Referência.

#### 5. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DAS EMBARCAÇÕES

5.1. O construtor deverá atender a todas as normas técnicas relativas a materiais, equipamentos, acessórios e partes componentes da embarcação.

5.2. Deverão também ser atendidas, em especial, as Normas da Autoridade Marítima para Embarcações Empregadas na Navegação Interior (NORMAM-02), da Diretoria de Portos e Costas (DPC), no que for aplicável ao porte e emprego da embarcação.

5.3. O construtor deverá atender, onde aplicável, aos seguintes Regulamentos e Convenções: Regulamentos para o Tráfego Marítimo – RTM, Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar – SOLAS, Convenção sobre Regulamento Internacional para Abalroamentos no Mar – RIPEAM; Regulamento e Regras para a Determinação de Borda Livre Internacional, Normas técnicas de associações reconhecidas internacionalmente, tais como ISO, JIS, DIN, BS, ANSI, ASTM, UL e as Normas Brasileiras (ABNT), bem como os padrões e normas técnicas do Construtor.

5.4. As Normas Brasileiras são as normas ABNT registradas no Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO).

5.5. A aquisição de embarcações semirrígidas destinadas à Guarda Portuária, as quais deverão atender, no mínimo, às especificações técnicas a seguir, em conformidade com as exigências operacionais da Autoridade Portuária.

a) Lote 01 — Embarcações de Patrulhamento Marítimo (02 unidades): embarcações projetadas e construídas para monitoramento aquaviário/costeiro, com resistência a choques mecânicos, proteção anti-incrustante no casco, baixa necessidade de manutenção e alto desempenho operacional; alocação: 01 (uma) unidade para o Porto de Salvador e 01 (uma) unidade para o Porto de Aratu-Candeias.

b) Lote 02 — Embarcações de Combate a Incêndio (02 unidades): embarcações dedicadas ao combate a incêndios e apoio a emergências em ambiente portuário, com robustez estrutural, sistemas de bombeamento e monitor(es) de incêndio compatíveis com as exigências operacionais, baixa necessidade de manutenção e alto desempenho; alocação: 01 (uma) unidade para o Porto de Salvador e 01 (uma) unidade para o Porto de Aratu-Candeias.

#### 5.6. LOTE 01 – Embarcação para Patrulhamento Marítimo

##### 5.6.1. Especificações Técnicas Mínimas

Dimensões Principais:

1. **Comprimento total:** 7,20 m
2. **Boca máxima:** 2,90 m
3. **Pontal mínimo:** 1,40 m
4. **Calado máximo:** 0,70 m
5. **Peso leve:** até 2,0 toneladas

##### 5.6.2. Desempenho e Capacidade

1. **Tripulação:** 1 piloto e 8 passageiros
2. **Velocidade máxima:** mínimo de 35 nós, com carga total

3. **Velocidade de cruzeiro (referência):** 25 nós, com carga total
4. **Autonomia em velocidade de cruzeiro:** mínimo de 200 milhas náuticas

#### 5.6.3. **Casco e Convés**

1. Tipo de casco em “V”, com ângulo de deadrise de 22° a meia nau, adequado à navegação costeira.
2. Quinas do tipo *reverse chine* pronunciadas, favorecendo o planeio e a estabilidade.
3. Construção em **alumínio naval liga 5083-O**, com espessura mínima de **6 mm** no fundo, costado e cabine, totalmente soldado por processo MIG.
4. Reforços estruturais longitudinais e transversais dimensionados para suportar esforços de navegação e operação costeira.
5. Chapas íntegras, sem emendas.
6. Piso do convés em chapa de alumínio naval tipo xadrez, com acabamento antiderrapante.
7. Pintura em **PU azul (conforme identidade visual CODEBA)**, com proteção UV.
8. **Flutuabilidade positiva** assegurada por preenchimento com espuma EPP não absorvente de água.

#### 5.6.4. **Flutuadores**

1. Tipo macio em formato “D”, fabricados em espuma revestida com **Duratane** (mín. 1,2 mm de espessura, com proteção UV).
2. Fixação ao casco por trilhos, sem uso de colagem, possibilitando substituição.
3. Largura: 50 cm na popa e 45 cm na proa, instalados ao longo de todo o costado.
4. Duas plataformas fixas de popa, em alumínio naval, soldadas à estrutura.

#### 5.6.5. **Arranjo Geral**

1. Cabine de comando fechada a meia nau, com acesso pela praça de popa.
2. Deque de proa com passadiços laterais e sistema de escoamento auto-drenante com válvula de retenção.
3. Caixa de âncora auto-drenante, com espaço para amarra e âncora mínima de 7 kg.
4. Guarda-corpo tubular em alumínio soldado, e pega-mãos distribuídos nas áreas operacionais.

#### 5.6.6. **Cabine**

1. Construída em alumínio com isolamento térmico no teto.
2. Consoles de comando e assentos individuais (1 piloto + 8 tripulantes), estofados em courvin náutico.
3. Para-brisas invertidos em vidro laminado 8 mm, com limpadores elétricos.
4. Janelas corrediças laterais.
5. Caixa térmica de, no mínimo, 45 litros, em alumínio com dreno.

#### 5.6.7. **Propulsão e Sistema de Combustível**

1. **Motor de popa** com potência mínima de **250 HP**, direção hidráulica.
2. **Tanque de combustível** rotomoldado (mín. 6 mm de espessura), com capacidade

total mínima de **250 L**, podendo ser 1 tanque de 250 L ou 2 tanques de 125 L.

#### 5.6.8. Sistema Elétrico e Equipamentos

1. Banco de 2 baterias 12V/150Ah (uma para arranque e uma para serviços).
2. Sistema de manobra e chaves seccionadoras independentes.
3. Painel de distribuição 12V com disjuntores e linha exclusiva 24h (bombas de porão automáticas).
4. Interruptores Liga/Desliga no painel de comando.
5. Equipamentos:
6. GPS multifunção *touchscreen*  $\geq 7"$ , com carta náutica eletrônica;
7. Rádio VHF marítimo com antena;
8. Conjunto sonofletor marinizado com sirene e megafone;
9. Buzina náutica;
10. Farol direcional elétrico (mín. 200W);
11. 4 faróis LED (mín. 50W cada);
12. Tomadas 12V (2 unid.) e USB (2 unid.);
13. Luzes de navegação (bombordo, boreste e alcançado);
14. Ajuste de luminosidade nos instrumentos.

#### 5.6.9. Sistema de Drenagem e Esgotamento

1. Mínimo de **3 bombas de porão (2000 GPH cada)**, com boias automáticas.
2. Controle no painel (Automático / Desligado / Manual).

#### 5.6.10. Fundeio, Salvatagem e Segurança

- a) Gaiola tipo *targa* de proteção aos motores, em aço inox ou alumínio naval.
- b) Guarda-mancebos e suportes estruturais reforçados.

##### c) Equipamentos de segurança:

1. **10** coletes salva-vidas tipo jaleco (Classe III – NORMAM 321/DPC);
2. 01 boia circular ou ferradura com fita refletiva e cabo de retinida (8 mm);
3. 01 âncora de aço min. 7 kg;
4. 06 cunhos de amarração e 3 olhais de reboque;
5. 06 defensas infláveis;
6. Escadas retrátil (popa e proa);
7. Piso antiderrapante;
8. Extintor ABC de 2 kg com suporte;
9. Kit de primeiros socorros (3 conjuntos conforme NR-7, NR-23 e ANVISA).
10. **Caixas térmicas:** 3 unidades, capacidade mínima de 15 L, em PEAD com isolamento em PU.

#### 5.6.11. Instrumentos e Sistemas Auxiliares

- a) Painel de comando com velocímetro, conta-giros, nível de combustível, controle de pressão e temperatura do motor (com alarmes sonoros).
- b) Sistema de sinalização:
- c) 1 Facho Holmes Classe I;
- d) 2 Fachos manuais luz vermelha;

- e) 2 Sinalizadores fumígenos laranja;
- f) 2 Foguetes manuais estrela vermelha com paraquedas.
- g) Kit de ferramentas básicas e 2 remos/croques.

5.6.12. **Transporte e Manobra**

- a) 1 carreta rodoviária compatível com o porte e peso da embarcação.
- b) Sistema de governo hidráulico por timão no console de comando.

5.6.13. **Compartimentação**

- a) Compartimentos estanques preenchidos com material de flutuação.
- b) Sistema de esgotamento do convés com saída na popa e válvula antirretorno.
- c) **Compartimentos mínimos:**
  - d) Paio de cabos e amarras (para âncora e espias);
  - e) Compartimento de baterias ventilado e protegido.

5.6.14. **Sistema de Amarração e Fundeio**

- a) **Conjunto de fundeio:**
  - 1. **Âncora tipo Bruce 5 kg (aço galvanizado);**
  - 2. **Destorcedor inox 316;**
  - 3. **Corrente de 3 m (elo 8 mm);**
  - 4. **Cabo de 60 m (poliamida Ø12 mm).**
- b) **Conjunto de atracação:**
  - 1. **2 espias Ø16 mm, 10 m (nylon);**
  - 2. **2 defensas infláveis tipo G3;**
  - 3. **4 cunhos de amarração (2 proa / 2 popa).**

5.6.15. **Dispositivos de Içamento e Reboque**

- a) 3 pontos de carga (1 proa, 2 popa) para içamento.
- b) 1 ponto de reboque na popa (até 5 nós).
- c) 1 ponto de engate na proa (reboque até 5 nós).

5.7. **LOTE 02 — Embarcação para Combate a Incêndio (Semi-Rígida)**

5.7.1. **Dimensões e Desempenho Mínimos**

- a) **Comprimento do casco (LOA):** 7,20 m
- b) **Boca externa:** 2,90 m
- c) **Pontal:** mín. 1,40 m
- d) **Calado:** máx. 0,70 m
- e) **Peso leve (lightship):** máx. 2,0 t
- f) **Ocupação:** 01 piloto + 08 passageiros

- g) **Velocidade máxima:** mín. 35 nós com carga máxima
- h) **Velocidade de cruzeiro (ref.):** 25 nós com carga máxima
- i) **Autonomia em cruzeiro:** mín. 200 MN

#### 5.7.2. Casco e Convés

- a) **Geometria:** casco em “V”, **deadrise** 22° a meia-nau; **reverse chine** pronunciado para facilitar o planeio e a estabilidade.
- b) **Material do casco:**
  - 1. Chapas de **alumínio naval liga 5083-O** (ou superior), **esp. mín. 6 mm** no fundo, costado e cabine.
  - 2. Soldagem integral por **MIG**; chapas do fundo/costado **sem emendas**.
  - 3. Reforços longitudinais e transversais em chapa **6 mm**, incluindo perfis sobre a quilha.
- c) **Estrutura:** dimensionada para navegação costeira e esforços de operação (cargas dinâmicas e de impacto).
- d) **Convés:** piso antiderrapante em chapa “xadrez” de alumínio, **soldado** à estrutura.
- e) **Pintura externa:** **PU naval** com proteção UV, **cor azul** conforme identidade visual CODEBA (Navy Blue, Pantone de referência), acabamento fosco; aplicação de layout de identificação da **Guarda Marítima** e **Silitoi** (azul e branco) no quarto posterior de costado.
- f) **Flutuabilidade positiva:** preenchimento de cavernas com **espuma EPP** (não higroscópica).
- g) **Plataformas de popa:** duas, fixas, em alumínio naval, soldadas.

#### 5.7.3. Flutuadores (Collars)

- a) Flutuadores **macios em “D”**, núcleo em espuma, instalados ao longo de todo o costado.
- b) **Largura:** 50 cm na popa e 45 cm na proa.
- c) **Revestimento:** **Duratane** (ou equivalente), **esp. mín. 1,2 mm**, proteção UV, uso marítimo.
- d) **Fixação:** em **trilhos** (sem colagem), permitindo remoção e reinstalação.

#### 5.7.4. Arranjo Geral e Segurança de Operação

- a) **Cabine de comando fechada** a meia-nau, acesso por escotilha desde a praça de popa.
- b) **Deque de proa** com passadiços laterais; **sistema auto-esgotante** com anti-retorno.
- c) **Caixa de âncora** auto-drenante, para amarra e **âncora  $\geq 7$  kg**.
- d) **Guarda-corpo tubular** em alumínio, soldado, na proa; **pega-mãos** distribuídos nas áreas operacionais.

#### 5.7.5. Cabine

- a) Construção em alumínio com **isolamento térmico no teto**.
- b) **Para-brisas invertidos** (inclinação para vante), **vidro laminado 8 mm**, limpadores elétricos.
- c) **Janelas corrediças**.
- d) **Assentos individuais:** 01 piloto + 08 passageiros, estofados, revestimento **courvin náutico**.
- e) **Caixa térmica** interna, **mín. 45 L**, alumínio com isolante e dreno.

#### 5.7.6. Propulsão e Combustível

- a) **Motor de popa:** potência **mín. 250 hp**, com **direção hidráulica**.
- b) **Tanques de combustível (propulsão):** total **mín. 250 L**, **rotomoldado**, esp. **mín. 6 mm** (pode ser **2 × 125 L** ou **1 × 250 L**).
- c) **Tampa de abastecimento** em inox.

5.7.7. Sistema de Combate a Incêndio (Firefighting)

a) **Monitor (canhão) de incêndio:**

- 1. Corpo **em bronze**, jato regulável (compacto até neblina).
- 2. **Alcance mín. 20 m** em regime máximo.
- 3. **Giro horizontal 360°**, **elevação total 100°** (-40° a +80° ref. eixo), alças de manejo.

b) **Motobomba de incêndio:**

- 1. Potência **mín. 30 hp**.
- 2. **Bomba centrífuga auto-escorvante**, captação direta do meio aquoso.
- 3. **Resistência à corrosão** (ambiente marinho).
- 4. **Motor diesel** com tanque dedicado **mín. 100 L**.
- 5. **Controle de pressão e vazão** pela aceleração; **acionamento no painel do piloto**.
- 6. **Filtros** de sucção para retenção de partículas/detrítos.

5.7.8. Sistema Elétrico

- a) **Banco de baterias:** 12 V, **duas baterias de 150 Ah** chumbo-ácido (uma de arranque e uma de serviços).
- b) **Chaves de bateria:** duas; **painel de distribuição** 12 V com disjuntores por circuito.
- c) **Circuito 24 h** (automático das bombas de porão) com proteção dedicada.
- d) **Painel de chaves on/off** no console (luzes navegação, buzina, bombas etc.).
- e) **Bússola iluminada**, **volante inox**, **manete aceleração/frente-ré**.

5.7.9. Eletrônica e Comunicação

- a) **MFD/GPS touchscreen  $\geq 7"$** , com **carta náutica eletrônica** cobrindo vias aquaviárias e litoral.
- b) **Rádio VHF marítimo** com antena externa.
- c) **Conjunto sonofletor mariniz**. (sirene + megafone).
- d) **Farol de busca  $\geq 200 W$**  com controle elétrico direcional no comando.
- e) **Quatro faróis LED  $\geq 50 W$**  no teto (iluminação de proa e popa).
- f) **Tomadas:** **2 × 12 V** e **2 × USB** (1 de cada em cada console).
- g) **Ajuste de brilho** para todos os equipamentos luminosos no console.
- h) **GPS Garmin** com sonda e carta náutica (atender por equivalência).

5.7.10. Drenagem e Esgotamento

- a) **Bombas de porão:** **mín. 3 unidades**, **2.000 GPH** cada.
- b) **Bóias automáticas:** 1 por bomba; comando no painel **Auto/Off/Manual**.
- c) **Mangueiras e descargas** dedicadas de porão (lado de fora).
- d) **Convés auto-esgotante** com válvulas anti-retorno.

5.7.11. Fundear/Atracar/Defender

- a) **Conjunto de fundeio:**

1. **1 âncora Bruce 5 kg (galv. a fogo),**
2. **1 destorcedor inox 316,**
3. **3 m de corrente elo 8 mm (galv. a fogo),**
4. **60 m cabo poliamida Ø 12 mm (3 pernas, torcido).**

**b) Atracação:**

1. **2 espias Ø 16 mm** (nylon, 8 pernas), **10 m** cada,
2. **4 cunhos** (2 proa, 2 popa),
3. **2 dispositivos por bordo** para defensas,
4. **6 defensas infláveis** compatíveis.
5. **Olhais de reboque:** 3 (1 no talhamar de proa; 2 no espelho de popa).
6. **Escadas:** 1 retrátil inox (popa, 4 degraus) e 1 embutida (proa, 3 degraus).
7. **Verdugo** (borrachão) em laterais e proa; **bico de proa** quadrado reforçado.

5.7.12. Reboque e Içamento

**a) Pontos de içamento:**

1. 1 olhal estruturado na proa;
2. 2 pontos na popa (extremidades de ré dos tubos estruturais).

**b) Capacidade de reboque:**

1. Reboque de embarcações de mesmo porte **até 5 nós** (pelo dispositivo de popa).
2. Possibilidade de ser rebocada **até 5 nós** (dispositivo na proa).

5.7.13. Equipamentos de Segurança e Salvamento

**a) Coletes salva-vidas: 10 un.,** tipo jaleco, **Classe III**, conforme **NORMAM-321/DPC**.

**b) Boias salva-vidas:** 1 circular ou ferradura **Classe III**, com fitas refletivas e cabo retinida Ø 8 mm.

**c) Extintor: mín. 1 extintor ABC 2,0 kg** com suporte.

**d) Giroscópio (luz de emergência)** vermelho.

**e) Kit primeiros socorros: 3 estojos completos** (validade mín. 12 meses), em ABS/PP com organização interna e identificação externa; itens mínimos:

1. 1 tesoura sem ponta (estéril), 1 pinça inox, 1 termômetro digital,
2. 1 caixa de luvas (látex/nitrílica) tam. M,
3. gazes estéreis 10×10, ataduras 10 cm (×2) e 20 cm (×2), algodão, esparadrapo 2,5 cm,
4. antisséptico 200 ml (clorexidina/povidona), álcool 70% 100 ml, soro 0,9% 500 ml,
5. curativos adesivos (×5), máscaras cirúrgicas (×2), bolsa de gelo,
6. **manual básico** de primeiros socorros.
7. **Referências normativas: NR-7, NR-23** e exigências **ANVISA** aplicáveis.

8. **Caixas térmicas: 3 un., 15 L** cada, PEAD com isolamento em **PU**, tampa vedante, alças reforçadas, resistentes a UV.

5.7.14. Fumígenos e Pirotécnicos

- a) 01 **Facho Holmes** Classe I;
- b) 02 **Fachos manuais** luz vermelha;
- c) 02 **Sinalizadores fumígeno flutuante** laranja;
- d) 02 **Foguetes manuais** estrela vermelha com paraquedas.

5.7.15. Itens Diversos

- a) **Ferramentas básicas:** 1 conjunto.
- b) **Remos/croques:** 2 un., tubo de alumínio e pá plástica.
- c) **Facas de sobrevivência:** 2 un., lâmina inox forjada (~18,1 cm), cabo emborrachado, bainha ABS.

5.7.16. Compartimentagem e Acessórios de Casco

- a) **Compartimentagem** com preenchimento de vazios para minimizar embarque de água em avarias, mantendo **estabilidade, flutuabilidade e navegabilidade** mesmo com dano em tubos/flutuadores.
- b) **Esgotamento do convés** para o espelho de popa, com **retenção de contrafluxo**.
- c) **Compartimentos mínimos:**
  - 1. **Paio de cabos/amarra** (estiva da âncora, amarras e cabos de atracação);
  - 2. **Compartimento de baterias** (instalação segura e ventilada).

5.7.17. Iluminação e Navegação

- a) **Luzes de navegação** bombordo/boreste **12 V** e **alcançado 360° 12 V**.
- b) **Buzina náutica**.
- c) **Targa** em alumínio naval reforçado.
- d) **Tomadas** e passacabo/“guia de ferro” conforme arranjo.

5.7.18. Trailer (Carreta Rodoviária)

- a) **Tipo:** reboque para lancha **2 eixos** (balancim).
- b) **Dimensões de referência:** 26 pés × 1,8 m;
  - 1. **Comprimento:** 9,0 m (**10,1 m** com alongador);
  - 2. **Largura chassi:** 1,8 m; **largura externa para-lama:** 2,3 m.
- c) **Acabamento:** galvanização a fogo.
- d) **PBT:** 3.000 kg; **tara:** 564 kg; **capacidade de carga:** 2.436 kg.
- e) **Suspensão:** molas 7 lâminas / 650 mm / deslizante.
- f) **Cubos:** Kombi 5×112 mm, rolamentos cônicos + retentores.
- g) **Estrutura:** chassi tubular com reforço superior.
- h) **Apoio de proa:** regulável (altura/comprimento do cambão).
- i) **Berço:** regulável por parafusos; **caibros** com carpete.
- j) **Sinalização:** lanternas LED 12 V, luz de placa LED, faixa zebra P/Am.
- k) **Engate:** ponteira automática (esfera 50 mm, conforme ABNT).

- l) **Para-choque:** regulável/removível.
- m) **Guincho:** suporte soldado no apoio de proa.
- n) **Rodízio auxiliar** no cambão.
- o) **Elétrica:** plug 6 pinos (setas/freio/lanterna).
- p) **Corrente de segurança:** aço, elo 8 mm, zincada.

5.7.19. Cores e Identificação

- a) **Azul marinho (Navy Blue)**, acabamento **fosco**, **PU naval** com proteção UV;
- b) Aplicação de **marcação visual** da Guarda Portuária/identidade CODEBA conforme diretriz visual.

5.7.20. Conformidade Normativa

- a) Atender às **NORMAM/DPC** pertinentes (incluindo requisitos de salvatagem e equipamentos);
- b) Atender às normas **ABNT** aplicáveis e às **exigências de Autoridade Marítima**;
- c) Itens médico-hospitalares conforme **ANVISA**; segurança conforme **NR-7** e **NR-23**.

5.8. Com base nas características intrínsecas dos materiais que compõem cada tecnologia de casco, foi montada a seguinte tabela comparativa, onde são consideradas características importantes para as Embarcações de Patrulha Portuária em face de suas atividades e as características da área de operações:

**Tabela 1 - Tecnologias de Casco**

<b>Característica</b>	<b>Fibra de Vidro</b>	<b>Alumínio</b>	<b>PEAD</b>
<b>Poluidora</b>	Alta	Reciclável	Alta
<b>Resistência à Fadiga e Deformação</b>	Baixa	Alta	Alta
<b>Resistência ao Impacto e Abrasão</b>	Baixa	Alta	Alta
<b>Resistência à Perfuração</b>	Baixa	Alta	Alta
<b>Resistência ao Ultravioleta</b>	Baixa	Alta	Média
<b>Facilidade Manutenção em Campo</b>	Difícil	Fácil	Difícil
<b>Peso do Material do Casco</b>	Médio (2,1 ton)	Baixo (0,9 ton)	Alto (3,0 ton)
<b>Requisito Profissional para Manutenção</b>	Muita Alta	Baixo	Muito Alta
<b>Resistencia a Hidrocarbonetos Halogenados</b>	Baixa	Alta	Baixíssima
<b>Ponto de Fusão – Resistência a Temperatura</b>	Baixa (Inflamável)	Alta (660°C)	Baixa (115°C)
<b>Peso da Embarcação</b>	Alta (2100Kg)	Baixa ( 900Kg)	Alta (3000Kg)

5.9. Diante do contido na tabela , este estudo identificou que as tecnologias de Alumínio e de Embarcações Tubulares de Alumínio são as que oferecem características mais vantajosas em relação a todas as demais tecnologias apresentadas no comparativo.

5.10. Observações Importantes e Critérios de Julgamento TécnicoAs especificações, dimensões, potências, capacidades e demais parâmetros técnicos descritos neste Termo de Referência constituem requisitos mínimos de desempenho e segurança operacional, definidos a partir das

necessidades funcionais da Autoridade Portuária.

- a) Tais parâmetros não configuram limitações absolutas de projeto ou fabricação, admitindo-se soluções equivalentes ou superiores, desde que comprovem atendimento ou superação do desempenho técnico-operacional pretendido, mediante catálogo técnico, memorial descritivo e declaração de conformidade do fabricante (podendo ser solicitados, quando aplicável, ensaios, certificações e memorial de cálculo/estabilidade).
- b) Em caso de divergência ou dúvida técnica quanto à equivalência, adequação ou dimensionamento do produto ofertado, prevalecerá a avaliação técnica da Autoridade Portuária, que, com fundamento no princípio da discricionariedade técnica administrativa, decidirá sobre a aceitação, adequação ou recusa da solução proposta, observados os limites orçamentários e o valor médio estimado pela própria Autoridade Portuária.
- c) O dimensionamento dos sistemas de propulsão, energia, combate a incêndio e demais subconjuntos deverá assegurar plena operacionalidade, vedados o superdimensionamento (oneroso ou desnecessário) e o subdimensionamento (capaz de comprometer segurança, desempenho ou durabilidade), sempre em consonância com as normas aplicáveis.
- d) Para fins de análise, prevalecerão os requisitos de desempenho e segurança sobre as características construtivas específicas, admitidas variações dimensionais e de arranjo que não reduzam o resultado funcional mínimo exigido e não impliquem majoração indevida de custos.
- e) Qualquer ajuste, equivalência ou variação técnica será examinado segundo o critério do melhor atendimento ao interesse público, assegurando-se o princípio da vantajosidade, o equilíbrio técnico-econômico da contratação e o cumprimento das normas da Autoridade Marítima (NORMAM/DPC), ABNT e demais regulamentações pertinentes.
- f) A Autoridade Portuária poderá diligenciar para esclarecimentos e complementações (inclusive solicitar documentação técnica adicional), com vistas à uniformização do julgamento e à mitigação de riscos de super ou subdimensionamento, sem prejuízo da manutenção dos prazos e condições previstos no edital.

**Parágrafo único.** Em havendo empate técnico entre soluções que atendam aos requisitos mínimos, poderá ser adotado o critério de maior vantajosidade global (ciclo de vida, manutenção, consumo, disponibilidade de peças e suporte técnico), respeitados os limites orçamentários do **termo de referência** e a estrita conformidade normativa.

## 6. LOCAL DE ENTREGA E RECEBIMENTO

- 6.1. A Embarcação deverá ser entregue na Sede da CODEBA - Avenida França, 1551, Comércio, CEP - Bahia, CEP: 40.010-000, acompanhado pelo Fiscal do Contrato.
- 6.2. Considerar-se-á como data efetiva de entrega da Embarcação, aquela aposta no Termo de Entrega e Recebimento Definitivo (TERD).
- 6.3. O recebimento do objeto, seja provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade civil e nem ética profissional da contratada pelo fiel cumprimento das obrigações assumidas.
- 6.4. **Inspeção Visual e Dimensional**
  - 6.4.1. Todos os itens e subitens do objeto de fornecimento devem ser submetidos a uma inspeção visual e dimensional, devendo estar de acordo com a especificação constante do Estudo Técnico Preliminar (ETP) anexo à este Termo de Referência, desenhos e documentos técnicos apresentados para a CONTRATADA.
  - 6.4.2. As peças componentes e o material de fabricação da embarcação não podem conter em suas superfícies falhas de fundição e/ou forjamento tais como: vazios, inclusão de material diferente do material de base, rebarba, protuberância e aresta cortante, não podendo, ainda, conter deficiências ou defeitos como usinagem incompleta, rachaduras, amassamento, não uniformidade de cor, riscos em área de vedação, empenos e reparo por processo de soldagem ou químico de defeito de fundição e/ou forjamento, ou ainda estarem mal fixados a embarcação.

## 6.5. Prova de Mar

6.5.1. Velocidade Máxima - A embarcação deve desenvolver velocidade máxima não inferior a 30 nós, navegando em águas tranquilas, estado de mar 1, vento de até 5 nós, correspondente a força Beaufort 2.

6.5.2. Determinação do Raio de Ação e Velocidade de Cruzeiro - A partir da determinação do consumo de combustível para as diferentes cargas do motor, deve-se determinar a distância máxima (Raio de Ação) que pode ser percorrida pela embarcação, a uma velocidade predeterminada, considerando um calado correspondente a condição de deslocamento carregado e com a quantidade de combustível equivalente a 87% do volume moldado do tanque de armazenamento. Esta velocidade predeterminada na qual se obtém a distância máxima de deslocamento da embarcação será a velocidade de cruzeiro.

6.5.3. Sistema de Navegação e Comunicações - Deverão ser testados os sistemas de Navegação e Comunicações durante a Prova de Mar. O Sistema de Navegação deve estar integrado ao GPS da embarcação e desta forma ser capaz de medir todos os parâmetros de velocidade máxima, raio de ação e velocidade de cruzeiro.

## 7. PRAZOS DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. **Prazo de Execução.** O prazo para entrega das embarcações completas é de **até 180 (cento e oitenta) dias corridos**, contados da **data de assinatura do Contrato**. A contagem é contínua, **sem suspensão em fins de semana ou feriados**. O prazo poderá ser **prorrogado** uma única vez, **mediante justificativa técnica** da contratada e **anuência da Administração**, nas hipóteses legais de caso fortuito, força maior ou **fato da Administração**, sem prejuízo da aplicação de penalidades cabíveis quando houver culpa da contratada.

7.2. **Vigência Contratual.** O Contrato terá **vigência de 12 (doze) meses** a partir da **data de assinatura**.

## 8. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

8.1. Fica estabelecido o Cronograma de Execução Físico-Financeiro, em 05 (cinco) Etapas, para o presente a execução da construção da Embarcação, conforme a seguir:

**Tabela 2 - Cronograma de Execução Físico-Financeiro**

ETAPA	DISCRIMINAÇÃO DO EVENTO/ETAPA	ETAPA
1	Assinatura do Contrato e Entrega do Cronograma de Execução	10%
2	Entrega de documentação preliminar de engenharia: a) Arranjo Geral Preliminar; b) Topologia Estrutural Preliminar; c) Plano de Linhas Preliminar; e d) Estudo de Estabilidade Preliminar	30%
3	Prontificação dos Cascos (casco totalmente pronto, estrutura, reforço e espelho de popa, preparação das infraestruturas para receber os demais sistemas componentes)	30%
4	Encerramento do Teste de Aceitação no Mar-TAM, e assinatura do Termo de Entrega e Recebimento Provisório-TERP (Rio de Janeiro/RJ)	25%
5	Encerramento do treinamento e assinatura do Termo de Entrega e Recebimento Definitivo-TERD (./Bahia).	5%

## 9. VALOR ESTIMADO E DISPONIBILIDADE FINANCEIRA

## **Valor Estimado da Contratação:**

9.0.1. O valor global estimado para o Contrato é R\$ R\$ 1.584.000,00 (*Um milhão Quinhentos e Oitenta e Quatro mil reais*) - R\$ R\$ 792.000,00 (*Setecentos e Noventa e Dois mil reais*) por cada embarcação - para a execução do Objeto do presente Termo de Referência.

9.0.2. Valor este suficiente para custear todas as despesas decorrentes da contratação do Objeto, inclusive despesas com frete de transporte, eventuais licenças, seguro de transporte, impostos, encargos sociais e quaisquer incidências tributárias, bem como, os resultantes de leis trabalhistas, previdenciárias e securitárias, que se apliquem direta ou indiretamente no objeto da contratação.

## **10. GESTÃO DA FISCALIZAÇÃO**

10.1. A Fiscalização do Contrato será designada pela CODEBA, que ficará responsável pelo recebimento/certificação das Etapas do objeto do Contrato;

10.2. A Fiscalização acompanhará a execução do objeto contratado, obedecendo aos quantitativos, características e especificações técnicas previamente estabelecidas no Termo de Referência, e atestará a “Certificação”, das Etapas para efeitos de pagamentos;

10.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência da Fiscalização do Contrato devem ser solicitadas à Presidência da CODEBA em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes;

10.4. A Contratada não pode se eximir de suas responsabilidades pela execução e entrega do Objeto, conforme previsto nas Etapas do Contrato;

10.5. Em caso de necessidade, a Fiscalização do Contrato estabelecerá prazo máximo para a atendimento das demandas relacionadas ao Objeto contratado.

10.6. A Fiscalização do Contrato não aceitará a transferência de qualquer responsabilidade da Contratada para outras entidades.

10.7. Em caso de necessidade de reuniões a respeito do referido Contrato, serão documentadas por Atas de Reunião, elaboradas pela Fiscalização do Contrato e conterão, no mínimo, os seguintes elementos: data, nome e assinatura dos participantes, assuntos tratados, decisões, datas das ações e responsáveis pelas providências a serem tomadas

A Fiscalização do Contrato poderá:

- a) Transmitir à Contratada as determinações que julgar necessárias;
- b) Recusar os produtos/Etapas que não tenham sido realizados de acordo com as condições ajustadas;
- c) Acusar a falta de atendimento às solicitações por parte da Contratada, bem como o atendimento inadequado, incompleto e/ou retardatário, notificando-a para que proceda à imediata regularização, sob pena de serem aplicadas as sanções e penalidades previstas neste instrumento e na lei;

10.8. A Fiscalização poderá exigir da contratada a qualquer tempo, esclarecimentos, demonstrações e documentos que comprovem a regularidade do contrato;

10.9. O Contrato deverá prever sanções administrativas a serem aplicadas à contratada, na forma da legislação aplicável, por descumprimento de cláusulas contratuais; e

10.10. Além da lista acima, por não exaustiva, caberá ao fiscal tomar todas as providências atinentes aos princípios da administração pública e procedimentos específicos desta Contratante, cuja finalidade última será a consecução do interesse público.

## **11. ANÁLISE DE RISCO PARA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

11.1. Para avaliação de riscos para garantia de execução do contrato, foi utilizado uma matriz de risco com base nas etapas que podem apresentar riscos durante execução.

11.2. Para fins de avaliação, temos uma relação entre valores de frequência e severidade, sendo frequência x severidade = classificação do risco conforme matriz de risco HAZOP conforme abaixo relacionado:

### **FREQUÊNCIA**

- a) 1 - Extremamente Remota;
- b) 2 - Remota;
- c) 3 - Improvável;
- d) 4 - Provável;
- e) 5 - Frequente

#### SEVERIDADE

- f) 1 - Desprezível
- g) 2 - Marginal;
- h) 3 - Crítica;
- i) 4 - Catastrófica

#### CLASSIFICAÇÃO DE RISCO (FREQUÊNCIA X SEVERIDADE)

- j) #1 - Desprezível;
- k) #2 - Baixo;
- l) #3 - Moderado;
- m) #4 - Alto;
- n) #5 - Crítico

11.3. Conforme tabela abaixo com descritivo de atividades, após avaliação da área técnica, foi estipulado a seguinte classificação de risco das etapas abaixo relacionadas:

ETAPA	DESCRIÇÃO DO EVENTO/ETAPA	RISCO POSSÍVEL	FREQ.	SEV.	#	CLASSIFICAÇÃO DO RISCO
1	Entrega do Cronograma de Execução e Assinatura de Contrato	Atraso na entrega do cronograma ou assinatura de contrato	1	1	1	Desprezível
2	Prazo de 180 dias corridos de execução do contrato - Contado a partir da data de assinatura do contrato	Atraso no prazo de execução devido a atrasos documentais ou de insumos	1	2	2	Baixo
3	Arranjo Geral Preliminar	Atraso da entrega documental	1	1	1	Desprezível
4	Topologia Estrutural Preliminar	Atraso da entrega documental	1	1	1	Desprezível
5	Plano de Linhas Preliminar	Atraso da entrega documental	1	1	1	Desprezível
6	Estudo de Estabilidade Preliminar	Atraso da entrega documental	1	1	1	Desprezível
7	Aquisição de insumos para confecção dos cascos, sistema	Incompatibilidade de itens ou atraso na aquisição de insumos construtivos	1	2	2	Baixo
8	Prontificação dos cascos (Estrutura do corpo da embarcação para alocação de sistemas e componentes)	Atraso na entrega prontificada do casco	1	2	2	Baixo
9	Afixação dos sistemas e componentes da embarcação	Incompatibilidade de itens ou atraso na aquisição de insumos construtivos	1	2	2	Baixo

10	Logística de entrega e recebimento	Atraso no prazo de entrega e/ou recebimento a depender da logística adotada	3	1	3	Moderado
11	Inspeção Visual e Dimensional	Não estar dentro das especificações do Estudo Técnico Preliminar (ETP)	2	1	2	Baixo
12	Prova de Mar - Velocidade Máxima	Embarcação não desenvolver a velocidade indicada no Termo de Referência	2	1	2	Baixo
13	Prova de Mar - Determinação do Raio de Ação e Velocidade de Cruzeiro	Embarcação não desenvolver a velocidade para distância máxima de deslocamento	2	1	2	Baixo
14	Prova de Mar - Sistema de Navegação e Comunicações	Falhas técnicas nos testes dos sistemas de navegação e comunicação da embarcação	2	1	2	Baixo
15	Prazo de vigência do contrato - 12 meses - a contar da data de sua assinatura	Não cumprimento do prazo pré-estabelecido da vigência do contrato para entrega e recebimento das embarcações	1	1	1	Desprezível

## 12. REQUISITOS TÉCNICOS

### Requisitos Técnicos

12.1. A Contratada deverá fornecer juntamente com a embarcação, manual do usuário impresso e em mídia eletrônica, ou ainda disponibilizá-lo no site da empresa fornecedora. Juntamente com o manual da embarcação, a Contratada deverá fornecer:

- a) Desenhos de Arranjo Geral da embarcação;
- b) Diagramático do Sistema Elétrico da embarcação;
- c) Manual do motor;

## 13. DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

### 13.2. Disposições gerais

- a) A documentação técnica deverá ser fornecida, preferencialmente, em língua portuguesa.
- b) Na indisponibilidade em português, admite-se a entrega em língua inglesa.

### 13.3. Entregas mínimas obrigatórias

- a) Manuais originais da motorização, emitidos pelo fabricante.
- b) Manuais originais dos equipamentos eletrônicos (GPS/plotter, rádio VHF, etc.), emitidos pelos respectivos fabricantes.
- c) Desenho de Arranjo Geral da embarcação, contendo todas as dimensões e cotas necessárias à verificação de conformidade.
- d) Indicação de assistente técnico para o casco, com atendimento na região de Salvador/BA.
- e) Esquema elétrico completo da embarcação.

#### 13.4. Comprovação de experiência

- a) Comprovar experiência no fornecimento de embarcações do tipo especificado, por meio de atestado(s) de fornecimento/acervo técnico emitido(s) junto ao CREA competente.
- b) Comprovar a existência de, no mínimo, **duas** embarcações do mesmo tipo em operação. **Não serão aceitos** protótipos, meros projetos, desenhos ou modelos não operacionais como evidência.

#### 14. GARANTIA DA QUALIDADE

- 14.1. A Embarcação deverá ser fornecida com todos os seus equipamentos, componentes, acessórios e instrumentos. Deverá conter Documentação Técnica, Garantia de Qualidade e, caso aplicável, ferramentas especiais e comprovação de testes especiais.
- 14.2. A Contratada deverá elaborar Ensaios, Testes e Provas de cais e de mar, utilizando formulário próprio para registro dos índices alcançados a fim de, posteriormente, apresentá-los para a CODEBA.

#### 15. GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- 15.1. A garantia para a embarcação será de no mínimo de 02 (duas) anos para o casco, contra defeitos de matéria-prima e/ou fabricação, e de 12 (doze) meses para o motor de popa e carreta rodoviária, bem como dos objetos acessórios da embarcação, contados do recebimento definitivo apostado no Termo de Entrega e Recebimento Definitivo (TERD).
- 15.2. Caso durante o prazo de garantia o bem apresente problemas técnicos ou defeitos de qualquer natureza que não seja decorrente do desgaste natural ou do mau uso, e que não seja resolvido pela assistência técnica, a contratada deverá providenciar a substituição por outro, de especificação equivalente ou superior ao adquirido, no prazo de 30 (trinta) dias úteis. Para situações que envolvam itens de fornecimento prolongado, prazos superiores a esse período poderão ser autorizados pela CODEBA desde que apresentadas justificativas plausíveis pelo fornecedor.
- 15.3. O serviço de assistência técnica, decorrente de acionamento de garantia, deverá ser prestado mediante orientação e suporte técnico local, na cidade sede onde a embarcação está lotada, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas para o bem adquirido, a fim de se manter em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus adicional para a CODEBA.
- 15.4. A assistência técnica abrangerá eventuais defeitos de matéria-prima e/ou fabricação apresentados pelo bem, durante o período de garantia, sendo que os atendimentos de assistência deverão ser locais, prestados no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do instante do registro de solicitação feita pela CODEBA por telefone ou e-mail, e sua devolução, após assistência, deverá ser efetuada no máximo em 20 (vinte) dias úteis. Para situações que envolvam itens de manutenção dependente de sobressalentes de aquisição prolongada, prazos superiores a esse período poderão ser autorizados pela CODEBA desde que apresentadas justificativas plausíveis pelo fornecedor.
- 15.5. Caso seja necessário enviar o bem para um centro de assistência técnica fora da sede onde a embarcação está lotada, para a correção de defeitos de matéria-prima e/ou fabricação, cobertos pela garantia, a Contratada deverá arcar com os custos de transporte, além daqueles relacionados para a sua devida manutenção.
- 15.6. A Contratada deverá fornecer todos os certificados de garantia dos equipamentos instalados, devidamente preenchidos, à Contratante no momento da entrega da embarcação.
- 15.7. Os grafismos colocados na embarcação, conforme layout oferecido pela CODEBA deverão ter garantia mínima de 12 (doze) meses para qualquer defeito de matéria-prima ou fabricação, bem como durabilidade mínima de 12 (doze) meses, contra efeitos corrosivos, desgaste natural, entre outros.

#### 16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 16.1. Entregar todos os objetos com garantia de 12 (doze) meses contra deformações e/ou ferrugens;
- 16.2. Não subcontratar outra empresa para fornecer o Objeto deste Termo de Referência;

- 16.3. Entregar a quantidade contratada em até 90 (noventa) dias, após o recebimento da mesma;
- 16.4. Atender prontamente a qualquer chamada que venha a receber da Contratante, executando os serviços necessários com toda presteza;
- 16.5. Zelar pela boa e fiel execução do fornecimento dos produtos contratados;
- 16.6. Respeitar as normas e procedimentos de segurança, constantes no caderno da contratante, inclusive nas dependências dos Portos Organizados de Aratu -Candeias e Salvador.
- 16.7. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens da contratante, ou ainda a terceiros, durante a execução deste contrato;
- 16.8. Comunicar à CODEBA qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;
- 16.9. Substituir os produtos, sem qualquer custo para a CODEBA eventualmente entregues com defeito e/ou em desacordo com as especificações e condições do Termo de Referência anexo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis;
- 16.10. Manter durante a vigência do Contrato todas as condições de habilitação exigidas na licitação;
- 16.11. A empresa fornecedora disporá de padrões e procedimentos de segurança técnicos e organizacionais que resguarde o tratamento de dados pessoais, em conformidade as exigências da Lei 13.709/2018;
- 16.12. A obrigação de manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com obrigações por ele assumidas, condições de habilitação e qualificação exigidas no curso do procedimento licitatório (art. 69, inciso IX, lei nº 13.303/2016);
- 16.13. O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou à empresa pública ou sociedade de economia mista, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato (art. 76 da Lei nº 13.303/2016);
- 16.14. O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (art. 77, lei nº 13.303/2016);
- 16.15. A inadimplência do contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à empresa pública ou à sociedade de economia mista a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis (art. 77, §1º da lei 13.303/2016);
- 16.16. O contratado poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato (Art. 81, § 1º).

## **17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 17.1. Emitir ordem de fornecimento ou documento equivalente, especificando a quantidade e o tipo produtos a serem entregues;
- 17.2. Notificar a Contratada por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir irregularidades na execução da entrega dos itens solicitados;
- 17.3. Efetuar o pagamento à Contratada, se esta cumprir todas as exigências constantes do Termo de Referência e neste Contrato;
- 17.4. Exigir a documentação necessária de habilitação;
- 17.5. Promover o acompanhamento e fiscalização do recebimento dos equipamentos de acordo com este Termo de Referência em anexo;
- 17.6. Prestar à contratada, quando solicitada, toda e qualquer informação ou esclarecimentos que se fizerem necessários;
- 17.7. Devolver os produtos que não estiverem em conformidade com o padrão exigido no Termo

de Referência;

17.8. Exigir o fiel cumprimento dos deveres e obrigações da contratada mencionadas no Termo de Referência e no Contrato;

17.9. Solicitar a substituição dos produtos, em caso de defeito ou em desacordo com as especificações e/ou condições do Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar (ETP) em anexo;

17.10. Responsabilizar-se pelo recebimento e conferência dos produtos entregues pela CONTRATADA; e

17.11. Elaborar Termo de Entrega e Recebimento Definitivo (TERD), das Embarcações.

## **18. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO**

18.1. A Contratada deverá entregar o objeto deste Termo em até 270 (duzentos e setenta) dias consecutivos, contados a partir da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado por mais 60 (sessenta) dias, desde que devidamente justificado pela Contratada e aceito pela CODEBA. Em caso de descumprimento deste prazo, a Contratada ficará sujeita à aplicação das sanções previstas em Lei.

18.2. No local/endereço de entrega da Embarcação, será realizada, por técnico representante da Contratada, a Entrega Técnica, com a verificação do inventário da embarcação. Após essa conferência, a embarcação e seus componentes e sistemas serão apresentados para os operadores, com a embarcação preferencialmente na água e atracada, para fins de familiarização.

18.3. As embarcações deverão ser entregues acompanhadas das respectivas Notas Fiscais e documentação técnica, em dias de expediente normal, de segunda a sexta-feira, no horário de 9h às 12h, e/ou 14h às 17h.;

18.4. O frete de entrega das embarcações e seus acessórios, no endereço estipulado anteriormente, será do modo CIF (Cost, Insurance and Freight), com o custo arcado pela Contratada, devendo ser incluso no valor da proposta das embarcações.

18.5. Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94, mediante recibo, o objeto será recebido da seguinte forma:

a) Provisoriamente – Pelo Fiscal do Contrato da CODEBA componente da comissão de fiscalização e recebimento, formalmente designado para este fim, após a aprovação dos Testes de Aceitação no Mar (TAM) a serem realizados em local a ser indicado pelo fornecedor. Este recebimento será feito mediante a assinatura do Termo de Entrega e Recebimento Provisório (TERP); e

b) Definitivamente – Pelo Fiscal do Contrato do ., componente da Comissão de Fiscalização e recebimento, formalmente designado para este fim, após término da Entrega Técnica. Este recebimento será feito mediante a assinatura do Termo de Entrega e Recebimento Definitivo (TERD).

18.6. O objeto será recebido de acordo com as quantidades, características, especificações e condições estabelecidas neste Termo.

18.7. O recebimento consistirá na comparação das características e especificações do objeto e de sua Nota Fiscal/Fatura com o constante neste Termo de Referência.

18.8. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

18.9. O prazo do subitem anterior pode ser prorrogado, em caráter excepcional, em até uma vez, por até 30 (trinta dias) adicionais, desde que prontamente justificável em documento hábil, de forma antecipada ao fim do prazo inicial de entrega.

## **19. MEDIÇÕES / PAGAMENTOS**

19.1. O pagamento de cada fase do Cronograma de Execução Físico-Financeiro somente será autorizado depois de efetuada a certificação pelo Fiscal do Contrato, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal apresentada.

19.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação,

ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras.

19.3. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

19.4. O pagamento será efetuado, mediante depósito em Conta Corrente da Contratada, em instituição bancária por ela indicada, após a emissão de “Certificação da Medição” e Certificação da Nota Fiscal pela Fiscalização correspondente às Etapas contratuais cumpridas, observadas as condições e especificações deste TR e Estudo Técnico Preliminar (ETP) em anexo.

19.5. A Nota Fiscal deverá ser emitida após o Boletim de Medição emitido pela fiscalização da CODEBA atestando a conformidade da Etapa contratual cumprida;

19.6. A empresa contratada deverá apresentar, para efeito de pagamento(s), juntamente com a(s) nota(s) fiscal(is):

- a) Carta/E-mail endereçada à CONTRATANTE formalizando o pedido de pagamento;
- b) Prova de regularidade junto à Seguridade Social (INSS);
- c) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de regularidade fiscal para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

19.7. O pagamento dos fornecimentos realizados pela empresa contratada estará condicionado, também, à comprovação de regularidade da empresa contratada junto aos órgãos governamentais;

19.8. Nenhum pagamento será efetuado à empresa contratada enquanto estiver pendente liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

## 20. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

20.1. A empresa contratada deve indicar formalmente em prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da emissão da Ordem de Serviço, o preposto que possua qualificação afim ao objeto do contrato, apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato.

20.2. A aquisição de 2 (duas) Embarcações de Patrulha Marítimo Projetadas e construídas para o desenvolvimento de atividades profissionais de monitoramento aquaviário/costeiro, resistente à choque Termo de Referência mecânico e à incrustação no casco, com baixa necessidade de manutenção e com alto desempenho operacional para emprego pela Guarda Portuária no cumprimento de suas atribuições institucionais nas áreas dos Portos de Salvador e de Aratu-Candeias e deverá seguir as condições especificadas neste Termo de Referência.

20.3. Todas as comunicações devem ser feitas por escrito entre a Contratada e a fiscalização da Contratante;

## 21. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

21.1. O critério de julgamento pode ser o de menor preço ou de melhor combinação de técnica e preço;

## 22. PRAZOS

22.1. Na execução do serviço a que se refere este Termo de Referência deverão ser observados, pelas partes, os seguintes prazos:

22.4. **De execução do Contrato:** máximo 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data da assinatura do Contrato;

22.5. **De vigência do Contrato:** 12 (doze) meses, contados na publicação, em extrato, no DOU;

22.6. **De entrega das Embarcações novas:** 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, contados a

partir da assinatura do Contrato;

## **23. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

- 23.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato, consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes, especialmente designados;
- 23.2. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;
- 23.3. A falta ou omissão por parte da fiscalização da CONTRATANTE não desobriga a CONTRATADA dos compromissos assumidos, que deverão ser integralmente cumpridos;
- 23.4. No exercício do poder de fiscalização, a CONTRATANTE poderá fazer as observações e baixar as determinações que entender convenientes a boa execução do Serviço Contratado;
- 23.5. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais;
- 23.6. A FISCALIZAÇÃO exercerá o controle das condições das embarcações, exigindo a substituição, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, ou a correção de defeitos/deficiências, casos se constatarem problemas de segurança, funcionamento ou asseio.
- 23.7. A depender da gravidade do problema, a juízo da FISCALIZAÇÃO, a substituição do veículo ou a correção de defeitos/deficiências deverá ser providenciada imediatamente após a determinação da FISCALIZAÇÃO;
- 23.8. O fiscal do Contrato deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais;
- 23.9. O fiscal deverá monitorar constantemente a qualidade dos serviços para evitar sua degradação, devendo intervir para corrigir ou aplicar as sanções previstas no edital e no Contrato Administrativo, quando verificar um viés contínuo de desconformidade na prestação dos serviços à qualidade exigida;
- 23.10. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual;
- 23.11. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato;
- 23.12. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato;
- 23.13. A fiscalização dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:
- a) Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
  - b) Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 23.14. Durante a execução do objeto, o fiscal deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 23.15. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em

relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório;

23.16. O acompanhamento, o controle, a fiscalização e avaliação de que trata este item não excluem a responsabilidade da futura Contratada e nem confere à . responsabilidade solidária, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades ou danos na execução dos serviços contratados;

23.17. As determinações e as solicitações formuladas pelo representante da CODEBA Fiscal do contrato, deverão ser prontamente atendidas pela futura Contratada, ou, nesta impossibilidade, justificadas por escrito;

23.18. A Contratada deverá refazer, sem custo algum para a CODEBA e dentro do prazo determinado pela Fiscalização, qualquer irregularidade nos veículos, contrariando as determinações da Fiscalização ou ainda que venha a provocar danos a propriedades da CODEBA ou de terceiros;

23.19. A omissão ou recusa por parte da Contratada em refazer o trabalho inadequado ou defeituoso ou reparar os danos causados a propriedades de terceiros, autorizará a CODEBA a realizar tais serviços de reparos com outros empreiteiros, deduzindo aquele valor das cauções em seu poder, independente de outras medidas cabíveis previstas em Contrato;

23.20. A Contratada ficará obrigada a executar fielmente os serviços estabelecidos neste Termo de Referência, não se admitindo modificações sem a prévia consulta e concordância da CODEBA;

a) Não se poderá alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, pela CONTRATADA, desconhecimentos, incompreensão, dúvidas ou esquecimento das cláusulas e condições deste Termo de Referência e seus anexos, do Contrato e do Edital, bem como de tudo o que estiver contido nas normas, especificações e métodos da ABNT e outras normas pertinentes;

b) A existência e a atuação da Fiscalização em nada diminuirão a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada no que concerne aos serviços e suas implicações próximas ou remotas, sempre em conformidade.

23.21. Dentre outras atribuições, compete à Fiscalização:

a) Cumprir e fazer cumprir as especificações do futuro Contrato;

b) Propor à autoridade competente a aplicação de sanções e penalidades previstas no futuro Contrato, quando da inadimplência da CONTRATADA na execução do objeto;

c) Certificar, quando devido, as Notas Fiscais/Faturas apresentadas pela CONTRATADA;

d) Determinar a correção de falhas apresentadas, parcialmente ou na sua totalidade, na execução de cada etapa do serviço, se for o caso;

23.22. Exigir da CONTRATADA a retirada de quaisquer prepostos que dificultem a sua ação Fiscalizadora ou que não sejam considerados, pela ., capazes para o fim desejado, independente de justificativas;

23.23. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador;

23.24. O fiscal poderá realizar avaliação diária ou semanal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços;

23.25. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação;

23.26. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais.

## **24. DA GARANTIA CONTRATUAL**

24.1. O adjudicatário, no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais;

24.2. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

- a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- b) seguro-garantia;
- c) fiança bancária

24.3. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, na Caixa Econômica Federal, com correção monetária, em favor do contratante;

24.4. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições;

24.5. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada;

24.6. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria;

24.7. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente. (Artigo 70, §4º da Lei nº 13.303/2016).

## **25. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

25.1. A inexecução parcial ou total do objeto contratado e a prática de qualquer dos atos indicados na Tabela 4 abaixo, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão da licitante ou contratado, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna possível, observando-se o contraditório e a ampla defesa, a aplicação das sanções previstas na legislação vigente e no neste instrumento de licitação, conforme listado a seguir:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública enquanto perdurar a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurar a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

25.2. **Procedimentos para aplicação de penalidades:**

25.3. Será aplicada a sanção de advertência nas hipóteses de descumprimento de quaisquer obrigações previstas no edital, seus anexos e no contrato, que não configurem hipóteses de aplicação de sanções mais graves, desde que fiquem caracterizadas a insignificância dos efeitos do descumprimento e a boa-fé, e, ainda, nas seguintes situações:

- a) Atraso superior a 10 (dez) dias na execução do objeto, tendo como base a comprovação de formalização da demanda à CONTRATADA;
- b) Concomitantemente com as outras penalidades previstas no presente instrumento.

**Será aplicada multa nas seguintes situações:**

25.4. De caráter compensatório, quando será aplicado os seguintes percentuais:

- a) De até 10% (dez por cento) sobre o saldo do serviço demandado, caso haja a inexecução parcial do

objeto

- b) De até 10% (dez por cento) do saldo contratual, por descumprimento das obrigações e responsabilidades contratuais;
- c) De até 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, nos casos de inexecução total do objeto;
- d) De 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato por quaisquer outras infrações cometidas pela empresa.

**25.5. De caráter moratório, na hipótese de atraso injustificado na entrega ou execução do objeto do contrato, quando será aplicado os seguintes percentuais:**

- a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, quando o atraso do curso for superior a 10 (dez) dias corridos contados a partir da formalização da demanda;
- b) 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder a alínea anterior, na execução de serviços, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional e a critério do órgão contratante.

**25.6. Será configurada a inexecução parcial do objeto, quando:**

- a) A Contratada não executar as quantidades dos serviços estabelecidas no Termo de Referência e determinadas pela CODEBA bem definidas na planilha de quantidades/preços contratuais;
- b) A Contratada deixar de entregar um ou mais de um veículo.
- c) Houver atraso injustificado por mais de 10 (dez) dias corridos, após a formalização da demanda.

**25.7. Será configurada a inexecução total do objeto quando houver atraso injustificado para execução dos serviços por mais de 10 (dez) dias corridos após a formalização da demanda pela contratante.**

**25.8. Além das multas previstas no presente item, poderão ser aplicadas multas, conforme graus e eventos descritos nas tabelas 3 e 4 abaixo;**

**Tabela 3.** Relação entre grau de penalidade e valor correspondente da multa

Grau	Correspondência
1	R\$ 400,00
2	R\$ 600,00
3	R\$ 800,00
4	R\$ 1.000,00
5	R\$ 5.000,00
6	R\$ 10.000,00

**Tabela 4.** Relação de Infrações

Item	Descrição	Grau
1	Utilizar as dependências da . para fins divergentes do objeto do contrato	01
2	Fornecer informação pérvida de serviço; por ocorrência.	02
3	Executar serviço incompleto, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência.	02
Item	Descrição	Grau
4	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus empregados	03

5	Usar/divulgar informações da ., para fins diversos do objeto contratual, sem anuência da CONTRATANTE	03
6	Deixar de manter a documentação de habilitação atualizada	04
7	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais	04
8	Deixar de entregar e/ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto	04
9	Deixar de manter a documentação de habilitação atualizada	05
10	Dar causa a atraso para emissão da ordem de serviço	05
11	Descumprimento total ou parcial das obrigações estabelecidas no presente Termo de Referência,	05
12	Inexecução total das obrigações contratuais	06
13	Usar indevidamente patentes registradas; por ocorrência	06
14	Não mantiver a proposta, falhar ou cometer fraude fiscal, garantindo o direito à ampla defesa	06

Para itens a seguir, **DEIXAR DE** :

15	Manter a documentação de habilitação atualizada; por item e por ocorrência.	01
16	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência	02
17	Iniciar a alocação dos veículos nos prazos estabelecidos pela FISCALIZAÇÃO, observados os requisitos estabelecidos por este contrato; por serviço e por dia	02
18	Cumprir as obrigações legais da Contratada determinada neste termo, por cláusula	05
19	Oferecer o serviço fora dos padrões e qualidades definidos neste Termo de Referência	05

25.9. A CONTRATADA ficará sujeita a multas percentuais sobre o valor da viagem/dia/veículo e outras penalidades, quando do surgimento da irregularidade a seguir mencionada:

25.9.1. A falta de veículo, sem prévia autorização da FISCALIZAÇÃO, implicará no não pagamento da diária do veículo;

25.10. As penalidades aqui estabelecidas não excluem quaisquer outras previstas no Contrato nem a responsabilidade da CONTRATADA por perdas e danos que causar à . ou aos seus empregados e terceiros, em consequência do inadimplemento das condições contratuais;

25.11. A falta de cumprimento das obrigações referentes ao ano de fabricação dos veículos implicará no não pagamento da (s) diária (s).

25.12. Quanto à gravidade, o atraso será classificado como:

- a) brando: quando acarretar um atraso de 5% (cinco por cento) até 15% (quinze por cento) na execução do serviço do mês;
- b) mediano: quando acarretar um atraso de 15% (quinze por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) na execução do serviço do mês;
- c) grave: quando acarretar um atraso de mais de 25% (vinte e cinco por cento) na execução dos serviços do mês.

23.16. Quanto à frequência, o atraso será classificado como:

- a) Eventual: quando ocorrer apenas uma vez;
- b) Intermitente: quando ocorrer mais de uma vez, em medições não subsequentes;
- c) Constante: quando ocorrer mais de uma vez, em medições subsequentes.

25.14. A multa poderá ser aplicada no decorrer dos serviços, nos períodos de medição seguintes ao da constatação do atraso;

25.15. No primeiro mês em que ocorrer o atraso, poderá ser aplicada, a critério da Fiscalização, a sanção de advertência. A qualquer tempo, a Fiscalização poderá aplicar a sanção de advertência se constatado atraso dos serviços de 5% (cinco por cento) do valor que deveria ter sido executado;

25.16. Se a Contratada apresentar, nos períodos de medição seguintes aos do registro do atraso, recuperação satisfatória ao cumprimento dos prazos acordados, a Fiscalização poderá, a seu exclusivo critério, optar pela não aplicação da multa;

25.17. A recuperação supracitada não impede a aplicação de outras multas em caso de incidência de novos atrasos;

25.18. O somatório das multas previstas nos itens acima não poderá ultrapassar o percentual de 10% (dez por cento) do valor total do contrato;

25.19. A sanção de suspensão do direito de licitar e de contratar com a CODEBA de que trata a Seção III, artigos 82 a 84 da Lei Nº 13.303/2016, poderá ser aplicada à Contratada, por culpa ou dolo, por até 02 (dois) anos, entre outros casos, no caso de inexecução parcial do objeto, conforme previsto.

I - Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista na Seção III, artigos 82 a 84 da Lei Nº 13.303/2016, entre outros casos, quando a Contratada:

a) Tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) Praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos deste Contrato;

c) Demonstrar, a qualquer tempo, não possuir idoneidade para licitar ou contratar com a ., em virtude de atos ilícitos praticados;

d) Cometer ato capitulado como crime pela Lei nº 13.303/2016, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento da . após a assinatura do Contrato;

e) Apresentar à CODEBA qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação ou para comprovar, durante a execução do contrato, a manutenção das condições apresentadas na habilitação;

f) Incorrer em inexecução total do objeto

25.20. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de contratar com a CODEBA e o de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com penalidade de multa;

25.21. Fica a CODEBA autorizada a descontar o valor da multa de qualquer pagamento a ser efetuado à Contratada;

25.22. Se o valor a ser pago à Contratada não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual;

25.23. Se os valores do pagamento e da garantia forem insuficientes, fica a Contratada obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial;

25.24. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela Contratada à CODEBA este será encaminhado para cobrança judicial, arcando a Contratada com as custas processuais e honorários advocatícios de 20% sobre o valor cobrado atualizado;

25.25. Caso o valor da garantia seja utilizado, no todo ou em parte, para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis.

## **26. CRITÉRIOS DE MEIO AMBIENTE**

26.1. A CONTRATADA deverá utilizar para prestação dos serviços veículos eficientes, que respeitem os critérios previstos no Programa Nacional de Controle da Qualidade do Ar – Pronar, instituído pela Resolução Conama nº 005, de 15 de junho de 1989;

26.2. As embarcações devem contemplar o padrão de qualidade do ar disposto na Resolução

CONAMA Nº 491, de 19 de novembro de 2018, obtendo características menos agressivas ao meio ambiente;

26.3. Só será admitido o uso de embarcações atendam aos limites máximos de ruídos definidos na Resolução CONAMA nº 1/93 e na Resolução nº 272/2000.

## 27. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

27.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, esta poderá ser utilizada por quaisquer órgãos ou entidades da Administração Pública que se enquadrem no art. 1º da **Lei nº 13.303/2016**, e que não tenham participado do certame licitatório, mediante **anuência prévia da Companhia das Docas do Estado da Bahia – CODEBA**, na qualidade de órgão gerenciador, desde que devidamente demonstrada a vantagem da adesão e respeitadas, no que couber, as condições e regras estabelecidas neste Termo de Referência.

27.2. Para a formalização da adesão, deverão ser atendidas as seguintes condições:

a) Apresentação de **justificativa técnica e econômica** quanto à vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou risco de descontinuidade de serviço essencial;

b) **Demonstração de compatibilidade** dos valores registrados com os preços praticados no mercado;

c) **Consulta e anuência prévia da CODEBA**, bem como **aceitação formal do fornecedor**.

27.3. A autorização de adesão somente será efetivada **após a manifestação favorável do fornecedor** e análise da CODEBA, podendo esta **recusar pedidos de adesão** que possam acarretar prejuízo à execução de seus contratos originários ou comprometer sua capacidade de gerenciamento.

27.4. Após a autorização da CODEBA, o órgão ou entidade não participante deverá **efetivar a contratação** no prazo máximo de **90 (noventa) dias**, observada a vigência da Ata.

27.5. O prazo de que trata o subitem anterior poderá ser **excepcionalmente prorrogado**, mediante solicitação formal do órgão aderente e aprovação da CODEBA, desde que respeitado o limite temporal de vigência da Ata.

27.6. As aquisições ou contratações adicionais decorrentes de adesão **não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos dos itens registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e participantes originais.

27.7. As adesões decorrentes de **transferências voluntárias** ou destinadas à execução descentralizada de **programas ou projetos federais** não estarão sujeitas ao limite previsto no subitem anterior, desde que comprovada a **compatibilidade dos preços registrados** com os valores praticados na respectiva Ata.

27.8. Compete exclusivamente ao órgão ou entidade não participante que aderir à presente Ata:

a) A **gestão e fiscalização** da execução contratual;

b) A **cobrança do cumprimento** das obrigações assumidas pelo fornecedor;

c) A **aplicação das penalidades cabíveis**, observando-se o contraditório e a ampla defesa;

d) A **comunicação à CODEBA** sobre quaisquer ocorrências relevantes relativas à execução do contrato.

## 28. PROPOSTA ECONÔMICA

28.1. Para fins de dimensionamento da proposta, a empresa deve considerar a aquisição de 04 (quatro) embarcações de acordo com o descrito no escopo do presente TR.

28.2. No preço deverão estar contemplados todos os custos e despesas necessárias à perfeita e completa realização dos serviços, incluindo supervisão, transportes, deslocamentos das embarcações,

tributos, contribuições, despesas financeiras, operacionais e administrativas, remuneração pela execução dos serviços, seguros, licenças, dentre outros;

28.3. O preço estabelecido no CONTRATO será fixo, por não se aplicar reajuste à ata de registro de preço;

Item	Veículo	Porto	Quantitativo de Veículo	Valor unitário	Valor Total
1	Embarcação de patrulhamento	Lote 01	02		R\$
2	Embarcação para Combate a Incêndio	Lote 02	02		R\$
SOMATÓRIO TOTAL (04 embarcações)					R\$

28.4. Para fins de avaliação das propostas econômicas serão considerados os valores por unidade dos produtos apresentados pelas empresas proponentes;

28.5. A CONTRATANTE poderá a qualquer momento alterar o quantitativo dos serviços estimados no presente documento, conforme circunstância e conveniência da própria CONTRATANTE.

## 29. REGIME DE EXECUÇÃO

29.1. A contratação ocorrerá sob o regime de **empreitada por preço global**, uma vez que se trata de aquisição de embarcação completa, fornecida de forma integral, conforme especificações técnicas e condições estabelecidas neste Termo de Referência.



Documento assinado eletronicamente por **Anderson da Silva Palmeira, Gerente Interino**, em 02/12/2025, às 18:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.transportes.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&acao\\_origem=documento\\_conferir&lang=pt\\_BR&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.transportes.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **10608506** e o código CRC **3392EBC0**.



Referência: Processo nº 50903.003197/2025-08



SEI nº 10608506

Av. França, Nº 1551 - Bairro Comércio  
Salvador/BA, CEP 40.010-000  
Telefone: (71) 3320-1310 - [www.codeba.com.br](http://www.codeba.com.br)